

‘L’ CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA – GRUPO TEMÁTICO III

QUESTÃO 1

Do namoro entre Paulo e Renata foi gerado o menino A.Y.Z., nascido em 5 de outubro de 2006. Desfeito o namoro, Paulo iniciou um novo relacionamento amoroso e se casou. Em 2009, diante da pouca ajuda financeira recebida do pai, o menor A.Y.Z., representado por sua mãe, ajuizou no Foro da Comarca de Montes Claros ação de alimentos contra Paulo, tendo o meritíssimo Juiz fixado, liminarmente, alimentos provisórios. No curso da ação, o menor e a sua mãe, por estarem enfrentando dificuldades financeiras, mudaram-se para o município de Belo Horizonte e passaram a residir com parentes, ocasião em que – já transcorridos seis meses desde a fixação dos alimentos provisórios, sem que a decisão judicial tivesse sido cumprida – o alimentando ajuizou ação de execução no Foro de seu novo domicílio (Belo Horizonte), pleiteando a citação do executado para que efetuasse o pagamento da dívida, sob pena de prisão civil (medida coercitiva restrita às três últimas prestações vencidas) e de penhora (medida destinada ao recebimento do restante da dívida e daquelas parcelas que não forem quitadas com a ameaça de prisão). Citado pelo correio, o devedor apresentou exceção de pré-executividade, peça na qual arguiu as seguintes teses de defesa:

- incompetência do juízo, ao argumento de que a execução deveria ser processada no Foro da Comarca de Montes Claros, nos termos do artigo 575, II, do CPC;
- nulidade da citação, visto que teria sido realizada pelo correio, com afronta ao artigo 222, “d”, do CPC;
- a execução que sujeita o devedor à prisão civil só tem lugar quando a ação tiver por objeto alimentos provisionais (art. 733 do CPC), não sendo cabível a medida coercitiva se o débito estiver relacionado com alimentos provisórios, como *in casu*;
- a primeira parcela dos provisórios pode ser exigida somente a partir do 30º dia depois da citação feita na ação em que os alimentos foram fixados, e não a partir da data da citação. Logo, o débito cobrado pelo exequente, calculado desde a citação, deve ser refeito.

Depois de ouvido o exequente, os autos foram com vista ao Ministério Público.

Pois bem. Levando em consideração esse relato e atuando como se fosse o representante do Ministério Público no feito, deverá o candidato, de forma objetiva – dispensando-se o relatório –, elaborar a peça processual apropriada para o caso, a qual – cabe frisar – não poderá ser assinada, tampouco identificada.

## QUESTÃO 2

Nos autos da ação civil pública de combate à improbidade administrativa, o meritíssimo Juiz indeferiu o pedido liminar de indisponibilidade de bens do agente causador do dano ao erário. Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento, inclusive com pedido de concessão de efeito ativo ao recurso, convertido, porém, em agravo retido pelo relator, ao seguinte fundamento:

“(…) não demonstrado o risco de dilapidação do patrimônio que torne ineficaz eventual procedência do pedido de reparação, inviável a concessão de efeito ativo ao agravo para determinar a indisponibilidade de bens do réu agravado. Nego, portanto, a concessão de tal efeito e, além disso, pelo mesmo motivo já declinado, converto o recurso em agravo retido, nos termos do artigo 527, II, do CPC.”

Indaga-se: essa decisão do relator está sujeita à impugnação? Fundamente a resposta e, a seguir, caso entenda possível a adoção de medida judicial, esclareça se procede ou não o motivo invocado pelo relator para converter o agravo de instrumento em retido.

## QUESTÃO 3

Antônio e Maria, pais de Primus, Secundus e Tertius, receberam uma herança (testamento) composta de dez apartamentos deixados por Felipe a favor dos menores. Dois anos depois, Antônio queria permutar dois dos apartamentos por outras unidades e firmou contrato. Com base nessa situação fática, dissertar sobre direitos, disponibilidade, ônus legais e obrigações dos pais em relação ao patrimônio dos filhos menores. (2 pontos – mínimo de 25 e máximo de 40 linhas). O texto do CC/2002 que for copiado não será computado como parte do discurso desenvolvido pelo Candidato.

## QUESTÃO 4

Em 12 de agosto de 2010, faleceu o Sr. Antônio, casado com Dona. Maria, no regime legal, desde 1970. O casal, feliz no casamento, teve quatro (4) filhos: Primus, Secundus, Tertius (interditado) e Ana Rita. Quando Ana Rita casou, seus pais doaram-lhe o apto. 1.101, à Av. Afonso Pena, 3.456, no valor de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Por testamento público, o Sr. Antônio deixou a quantia de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para a Santa Casa de Misericórdia e, para sua querida Maria, 40% (quarenta por cento) do que restasse de sua porção disponível. Ocorrido o óbito, os filhos investiram contra o testamento, alegando que o testador não poderia reduzir as legítimas, porque eram herdeiros necessários. O patrimônio do casal, na data do óbito, era de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Qual é o valor (em reais – números) que cada herdeiro receberá?